

Não é que isso está sendo feito a toque de caixa, nem que será feito em algum momento, nos próximos dias. Porque isso trouxe muita preocupação ao mercado. Essa declaração, infelizmente, do secretário de Política Agrícola, abalou a Bolsa de Mercadorias & Futuros brasileira, tanto de milho quanto de soja, por conta dessa notícia.

Há de se lembrar que o momento para a agricultura é muito bom, devido ao câmbio, e também graças à competitividade do nosso setor no mercado internacional, que foi bastante bem conduzido nos últimos meses, no último ano de 2019, nos últimos meses de 2020. A ministra Tereza Cristina abriu diversos mercados para produtos brasileiros, principalmente lácteos, derivados lácteos e carnes.

Enfim, nós estamos com novos canais de exportação, para o Irã, para países Árabes, para a Indonésia, para a Rússia, graças à ministra Tereza Cristina, e também na parte láctea.

Então eu acho que o secretário de política agrícola do ministério acabou se precipitando ao dar essa declaração ao “Valor Econômico” e acabou causando certo movimento meio desesperado durante esses dois últimos dias nos mercados de grãos.

Portanto, eu tive a confirmação do Ministério da Agricultura de que estão havendo estudos, caso necessário, caso falte soja, caso falte arroz, caso falte milho no mercado interno, quais seriam as ferramentas necessárias para que não houvesse o desabastecimento do mercado brasileiro. Portanto, fica aqui registrado essa notícia para todos os nossos agricultores paulistas e brasileiros.

Para finalizar, Sr. Presidente, eu queria dizer que eu fiquei escandalizado na data de ontem quando verifiquei que o governador João Doria, governador/corretor de negócios João Doria, destinou 177 milhões de reais para o ProAC Expresso 2020, em que ele investirá em atividades como games, séries e curtas-metragens.

Isso durante a pandemia, enquanto setores como hotéis, bares e restaurantes agonizam, vários deles fecharam, não vão voltar mais às suas atividades e tantas outras atividades, como academias de ginástica, comércios.

Enfim, o Sr. João Doria gastando 177 milhões de reais para promoção de games, curtas-metragens e séries. É um verdadeiro escândalo o que faz esse corretor de negócios sentado na cadeira de governador, um escândalo verdadeiro.

Está aqui o professor Giannazi, que conhece bem a necessidade da Educação e sabe que 177 milhões fariam muita diferença para a Educação, principalmente, como falei semana passada com o professor Giannazi, a respeito da merenda escolar, que é, em algumas escolas, algo inacreditável, de tanta artificialidade que é usada na alimentação.

Então fica aqui o meu registro sobre esses dois assuntos. Agradeço a tolerância do Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - DOUGLAS GARCIA - PTB - Continuando a lista dos oradores inscritos no Pequeno Expediente, gostaria de chamar para fazer uso da palavra o nobre deputado Teonílio Barba Lula. (Pausa.) Nobre deputado Vinícius Camarina. (Pausa.) Nobre deputado Edmir Chedid. (Pausa.)

Pela lista suplementar, nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. Fará uso da palavra, nobre deputado Delegado Olim? Nobre deputada Carla Morando. (Pausa.) Nobre deputado Carlos Giannazi. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

Enquanto o orador se encaminha à tribuna, gostaria de pedir licença aos nobres deputados da Casa para, em nome da Assembleia, prestar minha solidariedade ao funcionário que teve um acidente no estacionamento da Assembleia Legislativa, para que ele tenha uma pronta recuperação e para que o departamento responsável pela área venha prestar todo o atendimento necessário, porque todos os funcionários desta Casa são importantes para nós, em todos os graus necessários.

Com a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Douglas Garcia, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, venho à tribuna da Assembleia Legislativa para, primeiramente, manifestar a nossa indignação com a Secretaria de Administração Penitenciária e com o governo estadual por conta da não convocação dos aprovados dos concursos do sistema prisional.

Hoje pela manhã eu estive no Palácio do Governo com um grupo de aprovados nos concursos que foram já realizados desde 2014, e não houve a chamada dessas pessoas que foram aprovadas.

Inclusive, todos esses concursos foram aprovados pela Assembleia Legislativa através de projetos de lei do próprio governo, pedindo autorização para que eles fossem realizados. Nós votamos os projetos, as leis foram sancionadas, os concursos foram realizados.

Houve um custo para o estado. Houve um custo ainda maior para as pessoas que prestaram, sobretudo para os aprovados, e o governo não faz a chamada, mesmo com os pareceres do Tribunal de Contas denunciando esse fato, dizendo do déficit, que o sistema prisional vai explodir por falta de funcionários.

Existe um número enorme de servidores licenciados por licença médica. Alguns morreram, alguns já se aposentaram, outros estão se aposentando. A situação nos nossos presídios é de calamidade pública, porque, além da grande superlotação, temos a falta desses servidores. Os concursos foram realizados e o governo continua não fazendo a chamada.

Fomos recebidos por representantes da Casa Civil, pelo chefe de gabinete, por representante da SAP, Secretaria de Administração Penitenciária. Porém, não há uma previsão, não há nenhum cronograma para a chamada dessas pessoas.

Nós já representamos no Ministério Público. Fizemos uma representação até utilizando o parecer do próprio Tribunal de Contas, o próprio Tribunal de Contas, que normalmente defende as pautas do governo.

Eu digo que se a Assembleia Legislativa é - e continua sendo - um puxadinho do Palácio dos Bandeirantes, o Tribunal de Contas, muito mais. Sobretudo os conselheiros, que são indicados pelo governo e são referendados pela Assembleia Legislativa.

Quero ainda aproveitar a oportunidade no Pequeno Expediente para dizer que recebi uma denúncia, um “post”, pela internet, de que está sendo organizada uma manifestação, no domingo, no Masp, às 14 horas.

É um “card” que não tem identificação, mas dizendo “famílias que vão se manifestar defendendo a volta às aulas, a reabertura das escolas”. Nós recebemos também a denúncia de que, na verdade, por trás dessa manifestação, tem uma organização dos donos das escolas particulares.

Eles estão organizados e pressionando o governo para que haja a volta às aulas no momento em que nós estamos tendo o aumento do contágio, no momento em que todos os estudos, todas as pesquisas mostram que não é possível a volta às aulas, que haverá um verdadeiro genocídio da Educação.

Porque a volta às aulas no estado de São Paulo significa colocar em circulação 13 milhões de pessoas no estado de São Paulo, 13 milhões de pessoas circulando juntamente com o coronavírus.

É de uma irresponsabilidade criminosa se a Secretaria da Educação ceder à pressão econômica dos donos das escolas particulares, da associação e do sindicato, porque eles são bem organizados nesse sentido, têm a sua influência política. Faz lobby, esse grupo econômico. Me parece que esse grupo está promovendo uma manifestação em nome das famílias. Só que as pesquisas foram feitas, as famílias são contra a volta às aulas.

Várias pesquisas foram realizadas principalmente aqui em São Paulo, dando conta de que a população não quer a volta às

aulas, até porque, se as escolas forem reabertas, os professores não irão, os servidores não estarão presentes e os alunos também não. Então, é uma decisão apenas do governo cedendo aos interesses econômicos.

Já cedeu aos interesses da associação comercial abrindo o comércio, da Fiesp, e agora me parece que o governo tenta fazer, pelo menos, uma média com esses setores ligados às escolas particulares, tanto é que o governador no decreto sinalizou uma reabertura parcial agora no dia 8 de setembro e depois uma outra definitiva, que seria no dia 7 de outubro.

Mas eu tenho certeza de que isso não vai acontecer, porque vai ter muita reação. Os pais que são responsáveis não enviarão os seus filhos para as escolas e também os professores não estarão presentes em nenhuma dessas reaberturas. Nós só vamos voltar às aulas no ano que vem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DOUGLAS GARCIA - PTB - Continuando a lista dos oradores inscritos no Pequeno Expediente, nobre deputado Douglas Garcia. Não fará uso da palavra. (Na Presidência.) Nobre deputado Caio França. (Pausa.) Nobre deputada Marina Helou, V. Exa. tem o tempo regimental de cinco minutos.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Obrigada, presidente. Faço coro aos seus votos de melhora e de estímo para o nosso funcionário aqui da Alesp que sofreu um acidente hoje. Espero que ele melhore rapidamente. Subo hoje na tribuna para falar a respeito do Projeto do governo nº 529, sobre a reforma administrativa.

Quero cumprimentar todos que estão nos assistindo pelas redes sociais ou pela TV Alesp e dizer que a primeira impressão desse projeto é uma impressão bem ruim. É uma impressão de um projeto de mais de 70 páginas que versa sobre uma suposta reforma administrativa do estado de São Paulo, olhando a questão econômica, que é realmente muito grave e muito preocupante, mas que não diz por que uma coisa tem a ver com a outra.

- Assume a Presidência a Sra. Janaina Paschoal.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - É verdade que o Estado tem sim que ajustar os gastos do seu orçamento a partir do ano que vem. Nós iremos arrecadar menos, teremos que gastar menos, mas daí para mandar um projeto com mais de 70 páginas versando sobre mais de dez assuntos diferentes é um tremendo desrespeito a esta Casa, é um tremendo desrespeito a cada um dos deputados aqui eleitos.

É um tremendo desrespeito, portanto, à população paulista que nos elegera para discutirmos com profundidade cada um dos temas. Quando a gente tem um projeto de lei que vem tudo junto, numa tramitação acelerada, em regime de urgência, a gente perde a nossa possibilidade de aprofundar esse debate, de aprofundar essa discussão e conseguir aí sim propor as melhores soluções para o estado de São Paulo.

Por conta disso, hoje nós iremos realizar, no nosso horário semanal do “Descomplicando a Política”, uma audiência pública sobre o Projeto nº 529, da reforma administrativa do Governo do Estado.

Quero aqui convidar todos os que nos assistem a participarem. É um evento que a gente faz toda semana nas minhas redes sociais. Chama-se “Descomplicando a Política”, e hoje a gente vai poder contar com a presença de algumas pessoas bem importantes para discutir esse projeto.

Eu vou falar o nome delas aqui. Teremos a presença da Cíça Wey, ex-diretora do Instituto Florestal, do Laércio Basilio, ex-conselheiro da EMTU; da Nayara Stockler, do Itesp-Atesp aqui de São Paulo; Caio Motta, da Fundação Zoológico; e Renato Daud, ex-superintendente do CDHU. Essas são algumas das empresas que estão implicadas nesse momento de desestatização e diminuição do estado de São Paulo. Esse é um dos mais de dez temas que esse projeto versa.

Hoje a gente tem a intenção de falar sobre todos esses temas rapidamente, escutar sobre essas instituições de forma um pouco mais aprofundada, com esses convidados, e a gente bolou um sistema em que a gente vai poder dividir todo mundo que participar - e a gente já tem mais de uma centena de inscritos - em grupos, para avaliar as mais de 600 emendas que foram colocadas pelos deputados nesta Casa.

Essa é uma forma que a gente encontrou de trazer vocês, que nos assistem, vocês que querem participar da política, a incidirem junto com a gente nesse projeto. São mais de 600 emendas, falando de todos os temas, e a gente quer, juntos, analisar cada uma delas, e criar uma ideia de como a gente pode, de verdade, incidir para que a gente tenha um projeto de acordo com as necessidades do nosso Estado.

Eu repito que é um desrespeito com cada um dos nossos deputados eleitos, e portanto, com a população, querer discutir tudo isso ao mesmo tempo, sem dar a profundidade que a gente precisaria em cada um dos temas, e a única forma que a gente vai ter de fazer isso com qualidade é chamando as pessoas para participarem da política.

Estamos contando com vocês para discutirem esse projeto junto conosco. Esse é o meu convite. Vai ser hoje, às cinco horas da tarde, nas minhas redes sociais marina.helou@instagram, no Facebook a gente vai transmitir. Você pode participar pelo Zoom ou pelas redes sociais. Pode discutir junto com a gente, e a nossa ideia é que, a partir daí, a gente possa decidir de forma mais adequada na reforma administrativa do estado de São Paulo.

Muito obrigada, Sra. Presidente. Olha que momento raro. Uma mulher presidindo e uma mulher falando. A gente precisa de mais mulheres na política.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - Com certeza. Agradeço V. Exa. e parabênizo pelo debate que ocorrerá hoje. Muito importante. Seguindo aqui com a lista dos oradores inscritos, chamo à tribuna o deputado Douglas Garcia. Vossa Excelência tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PTB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito obrigado, Sra. Presidente. Quero cumprimentar todos os deputados aqui presentes, todos os funcionários da Casa.

Sra. Presidente, eu subo aqui a esta tribuna hoje para novamente solicitar ao Governo do Estado ações para proteger as crianças e adolescentes que estão sofrendo com esse fechamento da Escola Clave de Sol. A Escola Clave de Sol é uma escola importantíssima que fica na região de Sorocaba.

Vou ler aqui novamente aquilo que eu havia trazido outro dia, e que, até agora, nós não tivemos uma resposta por parte do Governo do Estado. A Escola Clave de Sol atende 320 alunos especiais, de várias faixas etárias de toda a região de Sorocaba, e possui duas unidades, sendo uma para alfabetização e outra para atividades diversas.

Dos 320 alunos que a Clave de Sol atende, 173 são credenciados pela Secretaria Estadual de Educação, através da Diretoria de Ensino. Com o repasse suspenso - deputada Janaina Paschoal, faz três meses que a escola não recebe dinheiro do Governo do Estado -, a diretoria chegou a até mesmo vender o seu próprio carro, para tentar reabrir a escola, para que a escola continuasse funcionando.

Atualmente, a direção está cortando gastos e demitindo funcionários, e o fechamento da escola está muito próximo.

Pais de estudantes matriculados nas unidades da Escola Clave de Sol começaram uma campanha nas redes sociais para que a instituição não feche as portas. A Clave de Sol existe desde 2006 e é uma instituição importantíssima para o estado de São Paulo.

Eu havia solicitado a ajuda do Governo do Estado com relação a isso. Parece que houve sim a retomada do repasse, porém, esses três meses que ficaram suspensos precisam sim de um preenchimento, precisam ser repostos. Esse dinheiro que

não foi repassado durante esses três meses trouxe um prejuízo enorme para a instituição, e ela não consegue se manter.

Ao que tudo indica, de acordo com o que é repassado pelo governo, a Diretoria de Ensino encontrou entraves relacionados à burocracia dos requisitos básicos que a escola deveria entregar na Diretoria de Ensino da região de Sorocaba.

Só que a escola contesta. Ela afirma que repassou tudo direitinho. Inclusive, eu questioneei a Secretaria de Educação, através de um requerimento de informação direcionado até o secretário de Educação, Sr. Rossieli Soares da Silva.

Eu obtive uma resposta do Sr. Rossieli que acaba contradizendo a informação que é repassada através de uma resolução da própria Secretaria de Educação, porque diz o seguinte a resposta ao meu requerimento de informação: “esclarece-se que não houve nenhuma orientação, por parte da Secretaria de Educação, para que os contratos ou parcerias vigentes fossem suspensos”.

Porém, Sra. Presidente, se nós olharmos uma resolução que foi publicada pela Secretaria de Educação, que é a Resolução no 27, de 18 de março de 2020, diz a respeito de suspensão de repasses a determinadas instituições.

E, de acordo com o jurídico da instituição, a suspensão do repasse feito pela Diretoria de Ensino, pela Secretaria de Educação, à instituição, se deu graças a essa portaria, a essa resolução que foi emitida pela Secretaria de Educação no dia 18 de março de 2020.

E daí ainda o seguinte, no parágrafo terceiro: “na suspensão dos contratos de que trata o parágrafo primeiro deste artigo, os ordenadores de despesa, gestores e fiscais de contratos deverão zelar para que sejam pagos somente os serviços efetivamente prestados até o dia 23 de março de 2020”. A partir de então, a escola Clave de Sol parou de receber subvenção do Estado e agora se encontra nesse risco de ser fechada.

Então, eu venho aqui a esta tribuna, mais uma vez, solicitar ao Governo do Estado para que olhe com carinho para a escola Clave de Sol, porque atende a crianças e adolescentes com necessidades especiais. Quantos gastos supérfluos nós temos hoje no Governo do Estado? A própria deputada Janaina criticou bastante gastos relacionados à questão de publicidade. Por que nós não podemos cortar aqueles que são irrelevantes?

A gente sabe que em tempos de coronavírus, Covid-19, é difícil, porque todo dinheiro deve ser repassado à área da Saúde para conseguir combater a pandemia. Entretanto, existem alguns serviços essenciais que eu entendo que não podem, de forma alguma, ficar sem o recebimento de subvenção do Estado. Um desses é a escola Clave de Sol, a instituição Clave de Sol.

Nós temos muitos e muitos aparatos, repasses de dinheiro para poder fazer lei, repasses de dinheiro para poder fazer performance artística. Isso - desculpem-me; com perdão a todos aqueles artistas que trabalham com isso - no momento não é prioritário.

Nós estamos em um momento extremamente delicado, em que nós temos que usar os recursos do Estado para serem aplicados naquilo que efetivamente vai trazer um retorno para a sociedade.

Pergunto ao Governo do Estado: o que será feito dessas 320 famílias? Não são apenas 320 alunos, são 320 famílias que não vão poder ser assistidas pela Clave de Sol devido à suspensão do repasse.

Então, eu peço novamente ao governador do estado de São Paulo; aqui, à deputada Carla Morando, ao deputado Carlão Pignatari, que olhem com carinho para a escola Clave de Sol e solicitem ao Governo do Estado o repasse imediato de todos esses meses que ficaram suspensos.

Muito obrigado, deputada Janaina Paschoal, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - Eu agradeço e apoio a causa.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PTB - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - Pois não. O SR. DOUGLAS GARCIA - PTB - Para pedir o levantamento da presente sessão.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - Havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a presente sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas 03 minutos.

28 DE AGOSTO DE 2020 47ª SESSÃO ORDINÁRIA

<p>Presidência: ENIO LULA TATTO</p>

RESUMO

1 - ENIO LULA TATTO
Assume a Presidência e abre a sessão. Informa que fez publicar, no “Diário Oficial” de 28/08/20, o Ato 54/20, no qual fez convocação para o preenchimento de vaga de deputado estadual. Informa que atendera a convocação e estava presente o Sr. Mario Maurici de Lima Morais, convocado para tomar posse no cargo de deputado estadual. Informa que recebera do convocado a Declaração de Bens e Direitos, bem como o Diploma da Justiça Eleitoral. Convida-o para que faça o compromisso regimental. Declara empossado à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo o Sr. Deputado Mario Maurici de Lima Morais.
2 - MARIO MAURICI DE LIMA MORAIS
Saúda a todos os presentes. Agradece aos seus eleitores pela confiança, bem como à sua família, pelo apoio. Faz breve histórico de sua trajetória política e profissional. Discorre sobre as razões que o impediram de assumir o mandato no início da presente legislatura. Descreve as medidas jurídicas que precisou tomar para assumir a vaga nesta Casa. Ressalta as circunstâncias sociais e políticas em que exercerá seu cargo no Parlamento.
3 - PRESIDENTE ENIO LULA TATTO
Dá as boas-vindas ao deputado Maurici. Agradece a todos pela presença.
PEQUENO EXPEDIENTE
4 - DR. JORGE LULA DO CARMO
Deseja sucesso ao deputado Maurici, a cujo trabalho tece diversos elogios. Coloca-se à disposição do parlamentar recém-empossado.
5 - TEONILIO BARBA LULA
Pelo art. 82, dá as boas-vindas ao deputado Maurici. Lamenta decisão do Tribunal de Contas, a seu ver incorreta, que foi empilhio à posse do parlamentar. Diz que contará com o deputado durante a deliberação do PL 529/20, ao qual tece críticas. Enaltece a deputada Beth Lula Sáhão, que deixa o mandato.
6 - TEONILJO BARBA LULA
Para comunicação, presta condolências aos familiares do Sr. Giba, integrante do PT, falecido hoje.
7 - CORONEL TELHADA
Presta solidariedade ao deputado Teonílio Barba Lula. Cumprimenta o deputado Maurici. Comenta o afastamento do governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel. Acusa o governo paulista de fazer gastos irregulares durante a pandemia de Covid-19. Opõe-se ao PL 529/20, e ao PR 15/20. Cita comemorações que ocorrem na data de hoje. Comunica o falecimento de Ary de Carvalho Vasconcellos, veterano da Força Expedicionária Brasileira.

8 - JANAINA PASCHOAL
Solidariza-se com a família do Sr. Giba, cujo falecimento foi informado pelo deputado Teonílio Barba Lula. Deseja sucesso ao deputado Maurici. Defende a postura neutra que o Ministério da Saúde assumiu perante a controvérsia gerada pela interrupção da gravidez de uma menina de dez anos, vítima de abuso sexual. Lembra que a análise de questões relacionadas à bioética depende de uma série de fatores complexos.

9 - JOSÉ AMÉRICO LULA

Cumprimenta o deputado recém-empossado Maurici. Destaca a experiência política do parlamentar. Considera que, com sua posse, os votos que recebeu são finalmente reconhecidos. Elogia o trabalho da deputada Beth Lula Sáhão. Combate o PL 529/20, de autoria do Executivo, que propõe medidas voltadas para o ajuste fiscal. Ressalta a importância de várias empresas estatais, cujas privatizações estão previstas na matéria.

10 - CORONEL TELHADA

Pela ordem, solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

11 - PRESIDENTE ENIO LULA TATTO

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 31/08, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Enio Lula Tatto.

O SR. PRESIDENTE - ENIO LULA TATTO - PT - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Comparece agora a esta Assembleia Legislativa o Sr. Mario Maurici de Lima Morais, para tomar posse no cargo de deputado estadual. Sua Excelência apresentou declaração de bens e direitos, bem como o diploma da Justiça Eleitoral. Esta Presidência convoca o Sr. Parlamentar para comparecer à Mesa a fim de prestar o compromisso regimental.

O SR. MAURICI - PT - Prometo desempenhar fielmente o meu mandato, promovendo o bem geral do estado de São Paulo dentro das normas constitucionais.

O SR. PRESIDENTE - ENIO LULA TATTO - PT - Assim, esta Presidência declara empossado no cargo de deputado estadual o Sr. Mario Maurici de Lima Morais. (Palmas.)

Deputado Maurici, esta Presidência, em nome do nosso presidente, Cauê Macris, em nome do 2º secretário, Milton Leite Filho, em nome do deputado Teonílio Barba, líder do PT, do deputado Jorge do Carmo, do PT, do deputado Coronel Telhada, aqui presente, dá as boas-vindas à Vossa Excelência. Que Deus ilumine V. Exa. e toda a sua equipe. Que tenha um excelente mandato no maior parlamento do Brasil, o maior da América Latina e um dos maiores do mundo.

Vossa Excelência está com a palavra.

O SR. MAURICI - PT - Boa tarde, deputado Enio Tatto. Em sua pessoa quero saudar todos os membros da Mesa Diretiva desta Casa. Boa tarde, deputado Barba, em sua pessoa quero saudar todos os companheiros e

companheiras da bancada do Partido dos Trabalhadores. Boa tarde, deputado Coronel Telhada, em sua pessoa quero saudar todos os demais deputados e deputadas desta Casa. Boa tarde, Rodrigo, em sua pessoa quero saudar os servidores que prestam serviços nesta Casa.

Este foi um momento muito esperado. No meu caso, até esperado demais, Mentor. Mais do que é usual entre os deputados eleitos. Já se foi quase metade do mandato. Eu queria, primeiro, agradecer os pouco mais de 74 mil votos que tive, que confiaram em mim, que me trouxeram a esta Casa. Quero fazer um agradecimento especial a minha companheira Ivete, aos meus filhos, Kiko, prefeito de Franco da Rocha, Brandino, Marcela. E quero agradecer aos meus companheiros que estiveram comigo durante a campanha, porque foram duas as batalhas, foram duas as vitórias para chegar aqui, e esses companheiros, que estiveram comigo durante a campanha, estiveram comigo até agora. Foram eles que me deram força para continuar seguindo nessa batalha para chegar até aqui.

Chegar até aqui, Dr. Jorge, foi, como foi no seu caso, no caso de todos e todas, o corolário de um trabalho, não é? No meu caso, começou lá em Franco da Rocha, na construção do Partido dos Trabalhadores, na década de 80, depois como vereador na Câmara Municipal, depois como prefeito, depois em Santo André, na EBC, Empresa Brasil de Comunicação e na Ceagesp.

A Ceagesp, que eu assumi em dezembro de 2009, me levou a uma experiência impar. Acho que eu fui o presidente que mais ficou nessa função na Ceagesp, foram seis anos. Lá eu fui presidente da Associação Brasileira de Centrais Atacadistas, fui diretor da União Mundial de Mercados e lá eu tive as minhas contas rejeitadas em 2010. Minhas contas foram rejeitadas e a gente...

Acho que esta é uma boa oportunidade para, sem me alongar demais, explicar um pouquinho do que aconteceu, porque eu ouço e leio coisas das mais desencontradas sobre esse episódio. Minhas contas foram rejeitadas basicamente por duas razões.

Primeiro por contratação irregular de funcionários na companhia, que exigia cargos sem ter pré-requisitos para tanto. Pois bem, nenhum desses funcionários foi contratado por mim, todos eles lá estavam quando eu assumi a presidência.

As minhas contas foram rejeitadas porque a companhia não licitou as linhas telefônicas. Pois bem, a obrigatoriedade de licitar as linhas telefônicas passou a existir desde a privatização da telefonia neste País, o que aconteceu em 1998; em 2010, jamais as linhas telefônicas tinham sido licitadas, e as minhas foram rejeitadas também por esse motivo.

Quem regularizou a situação dos funcionários irregulares fui eu, em 2011. Quem licitou as linhas telefônicas da Ceagesp fui eu, em 2012, porque esta não era uma operação simples.

Vale registrar que a Ceagesp era uma empresa estadual, fruto de uma fusão entre a Ceasa e a Cogesp, que foi federalizada em 1998, só que a federalização dela só foi concluída em 2013, na minha gestão. Vale lembrar também que, desde que foi federalizada, a empresa só registrou prejuízo. Os únicos cinco anos em que ela registrou superávit foi no período em que eu estava lá.

Pois bem, foi essa a minha passagem pela Ceagesp, que acabou resultando na rejeição das minhas contas. Embora a legislação não diga que a simples rejeição de contas seja motivo para caracterizar improbidade administrativa ou inelegibilidade, é necessário também que seja registrada conduta dolosa e prejuízo aos cofres da empresa. Ainda assim o TSE, revogando uma decisão unânime do TRE, rejeitou o registro da minha candidatura. Foram dois anos de discussão no Tribunal Superior Eleitoral e depois no STF, sem contar o pedido de revisão que eu fiz das minhas contas no TCU, que ao fim e ao cabo aprovou, decidiu por unanimidade aprovar as minhas contas. Depois o STF acabou reiterando um entendimento que todos já tínhamos, que a simples rejeição de contas não era suficiente para a cassação do meu registro eleitoral, da minha candidatura. Esse entendimento foi reforçado depois, pela aprovação das contas.